



TUDO UM MUNDO

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
2º TRIMESTRE 2025

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2025	3
PMP e Arrears	4
Endividamento	5
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	10
Equilíbrio Orçamental	14
Alterações Orçamentais	14
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	17
Análise das rubricas de Rendimentos	22
Análise das rubricas de Investimentos	25
Indicadores Financeiros	26
Contabilidade de Gestão	27

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2º TRIMESTRE 2025

Instrumentos previsionais de gestão 2025

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2025, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2024, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

A informação financeira relativa ao ano anterior resulta da extração dos elementos à presente data.

O orçamento do Município para o exercício de 2025, no final do 2º trimestre apresentou um ajustamento de 37.070,45 milhares de euros, mediante a realização de diversas alterações orçamentais (tratadas em capítulo próprio), correspondendo a uma dotação corrigida de 321.832,47 milhares de euros (m€), composto por 199.136,53 m€ de receitas correntes e 215.342,32 de despesas correntes no montante de m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 79.624,96 m€, sendo as despesas de 106.490,15 m€. Acresce ainda, outras receitas, num total de 43.070,98 m€ destacando-se o saldo de gerência anterior de 41.530,04 m€¹.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2024, um orçamento corrigido de 309.185,50 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 198.815,88 m€ e 201.671,59 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 76.583,45 m€ e despesas de 107.513,91 m€, contemplando as outras receitas um total de 33.786,17 m€ salientando-se um saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€.

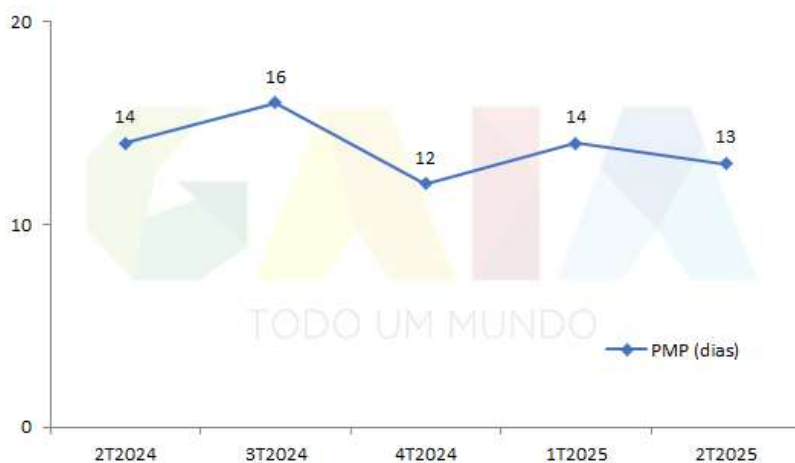
¹ Saldo da Gerência anterior apurado com base na receita cobrada líquida

PMP e Arrears

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2024 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo durante os primeiros seis meses de 2025.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços e bens de capital efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.



O PMP apurado em 30/06/2025 é de 13 dias. Confirma-se assim, também neste primeiro semestre, a trajetória de redução do número de dias de prazo médio de pagamento, o qual se situa confortavelmente abaixo do prazo limite de 90 dias.

Endividamento

O endividamento municipal a 30/06/2025, considerando o enquadramento legal existente, ascendia a 96.816,79 m€. Os empréstimos de médio e longo prazo (m.l.p.) representam o valor mais relevante, com 77.495,57 m€. A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis ficou-se nos 4.855,70 m€ e a dívida de curto prazo registou o valor de 14.465,22 m€.

De referir que, do total de dívida relativa a empréstimos de m.l.p., cerca de 16%, equivalentes a 12.556,35 m€, correspondem a empréstimos excluídos do limite de endividamento por se tratar de empréstimos excecionados ao abrigo do nº 5 do art.º 52 da Lei 73/2013.

Descrição	30/06/2024	30/06/2025
Dívida de MLP	69 944,46	77 641,27
Empréstimos	64 968,36	72 975,26
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	4 976,10	4 666,01
Dívida de CP	16 213,43	14 465,52
Fornecedores e Outros Credores	16 213,43	14 465,52
Dívida de MLP Exigível a CP	4 918,78	4 710,00
Empréstimos	4 689,75	4 520,31
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	229,02	189,69
Endividamento Total	91 076,67	96 816,79

milhares de euros

Quando analisamos o mesmo período de 2024, o endividamento municipal ascende a 91.076,67 m€, dos quais, 69.658,11 m€ são referentes a empréstimos de m.l.p. junto da banca comercial, Instituto Nacional de Habitação (IHRU) e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C). A dívida a Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis é de 5.205,13 m€ e a dívida de curto prazo ascende aos 16.213,43 m€.

Efetuada a comparação do endividamento total no 1º semestre de 2025 com o do período homólogo de 2024, verifica-se um aumento na ordem dos 5.740,12 m€ motivada, sobretudo, pela utilização de novas tranches dos empréstimos contratados, o que originou um incremento de 7.696,81 m€ da Dívida de MLP. Este aumento foi, em parte, compensado pela redução da Dívida de Curto Prazo: menos 1.956,69 m€, reflexo da tendência de diminuição do prazo médio de pagamentos que o Município tem vindo a registar.

Execução Orçamental da Receita

Nos primeiros seis meses de 2025, o orçamento do Município apresenta uma dotação total de receita cobrada de 164.310,44 m€, registando como receitas correntes o montante de 104.334,13 m€, e nas receitas de capital 18.153,31 m€, ao qual acrescem outras receitas, nomeadamente o saldo da gerência anterior de 41.530,04 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 292,94 m€.

Por sua vez, no mesmo período de 2024, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 137.587,25 m€, registando nas receitas correntes um montante de 93.813,20 m€ e nas de capital 10.492,72 m€, acrescendo outras receitas como o saldo de gerência anterior de 32.895,08 m€ e reposições não abatidas nos pagamentos de 386,25 m€.

Em termos globais, a receita cobrada a 30/06/2025 apresenta um crescimento de 19% face a igual período de 2024.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no final do 2º trimestre de 2025, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo de 2024:

C.Econ	Descrição	30/06/2024		30/06/2025		Cobrado 2025/2024	Taxa de Execução %		
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2024 (a)	2025 (a)	2025 (b)
RECEITAS CORRENTES		198 815,88	93 813,20	199 136,53	104 334,13	10 520,93	47,19%	52,39%	51,19%
01	Impostos diretos	101 959,68	48 487,82	104 097,75	59 172,19	10 684,37	47,56%	56,84%	55,13%
04	Taxas, multas e outras penalidades	5 943,12	3 055,65	7 103,42	2 263,96	-791,69	51,41%	31,87%	30,55%
05	Rendimentos da propriedade	6 621,75	3 501,03	7 130,75	3 950,75	449,71	52,87%	55,40%	55,40%
06	Transferências correntes	77 824,60	36 012,45	73 826,09	35 720,68	-291,77	46,27%	48,38%	48,27%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 873,83	2 618,06	5 255,13	3 087,08	469,02	67,58%	58,74%	58,63%
08	Outras receitas correntes	2 592,90	138,19	1 723,39	139,49	1,29	5,33%	8,09%	-16,95%
RECEITAS DE CAPITAL		76 583,45	10 492,72	79 624,96	18 153,31	7 660,60	13,70%	22,80%	18,26%
09	Venda de bens de investimento	455,87	270,34	839,80	19,63	-250,72	59,30%	2,34%	2,28%
10	Transferências de capital	38 177,33	4 274,06	32 920,22	9 518,34	5 244,28	11,20%	28,91%	20,87%
11	Ativos financeiros	0,20	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	36 449,27	5 817,65	44 484,24	8 581,32	2 763,67	15,96%	19,29%	17,19%
13	Outras receitas de capital	1 500,78	130,66	1 380,20	34,03	-96,64	8,71%	2,47%	0,24%
OUTRAS RECEITAS		33 786,17	33 281,33	43 070,98	41 822,99	8 541,66	98,51%	97,10%	97,09%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	891,09	386,25	1 540,94	292,94	-93,31	43,35%	19,01%	18,73%
16	Saldo da gerência anterior	32 895,08	32 895,08	41 530,04	41 530,04	8 634,97	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL		309 185,50	137 587,25	321 832,47	164 310,44	26 723,18	44,50%	51,05%	49,18%

(a) Receita Cobrada Bruta/Previsão
 (b) Receita Cobrada Líquida/Previsão

milhares de euros

Da análise efetuada ao quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva no global da receita entre 2025/2024, com um aumento de 26.723,18 m€. O acréscimo foi transversal a todas as componentes da Receita. Ao nível das Receitas Correntes, o aumento foi de 10.520,93 m€. Também as Outras Receitas tiveram uma evolução positiva, mais 8.541,66 m€, desagregado da seguinte forma: 8.634,97 m€ de aumento do Saldo da Gerência Anterior e 93,31 m€ de diminuição das Reposições Não Abatidas nos Pagamentos. As Receitas de Capital, por sua vez, registaram um crescimento de 7.660,60 m€ face ao mesmo período de 2024.

Relativamente à Receita Corrente Bruta arrecadada, esta ascendeu a 104.334,13 m€ no final do 2º trimestre de 2025 e a 93.813,20 m€ em idêntico período de 2024, o que corresponde a uma variação 2025/2024 de mais 11,2%, traduzida em mais 10.520,93 m€, em termos absolutos. Este aumento é reflexo, principalmente, do acréscimo da rubrica de Impostos Diretos, com mais 10.684,37 m€. Embora com valores mais modestas, as rubricas de Rendimentos da Propriedade, de Venda de Bens e Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes também registaram aumentos face ao período homólogo, de 449,71 m€, 469,02 m€ e 1,29 m€, respetivamente. A receita relativa a Taxas, Multas e Outras Penalidades registou uma diminuição de 791,69 m€, e as Transferências Correntes baixaram 291,77 m€.

No que concerne aos Impostos Diretos, constata-se que, até final de junho de 2025, perfazem um montante de 59.172,19 m€, revelando um aumento de 22% face ao valor atingido no mesmo período do ano anterior de 48.487,82 m€, o que corresponde a mais 10.684,37 m€. Este aumento resulta das variações positivas registadas nas rubricas do IMT, IUC e Derrama. O IMT regista um acréscimo de 17.051,67 m€, face ao valor registado no período homólogo (22.473,00 m€), e apresenta um montante de receita cobrada bruta de 39.524,67 m€. Do valor global da receita cobrada bruta de IMT, cerca de 2.208,44 m€ corresponde a compensações ao Município no âmbito do IMT Jovem, recebidos ao abrigo do DL 48-A/2024. As receitas do IUC, a 30/06/2025, ascendem a 6.226,65 m€, mais 413,59 m€ em comparação com o valor registado a 30/06/2024. A Derrama, apresenta 748,75 m€ de receita cobrada no período em análise, um aumento de mais 222,73 m€ face a idêntico período do ano anterior. As receitas provenientes do IMI e da Contribuição Autárquica foram as únicas que apresentaram um decréscimo de 7.001,17 m€ e de 2,45 m€, respetivamente face a idêntico período de 2024. Relativamente à receita do IMI, é de referir que o Governo decidiu prorrogar, para todos os contribuintes, o prazo para o pagamento da primeira prestação do IMI ou, se for o caso, da prestação única deste imposto até ao final do mês de junho (Despacho nº 79/2025), com reflexos nos valores de receita arrecadada deste tributo a 30/06/2025, face ao mesmo período de 2024. Apesar do adiantamento efetuado pelo Estado Central, no valor de 4.252,18 m€ para mitigar o efeito desta dilatação do prazo, o valor arrecadado em maio de 2025 foi de 6.410,79 m€, bastante inferior ao valor de maio de 2024 que perpez os 17.870,79 m€.

Relativamente às Transferências Correntes, verifica-se que a 30/06/2025, embora, em termos absolutos, representem o segundo maior montante de Receita Corrente cobrada com o valor de 35.720,68 m€, registam uma ligeira diminuição de 0,8%, que se traduz em menos 291,77 m€, face ao período homólogo de 2024. A receita relativa a Transferências Correntes resulta de diversas verbas recebidas da Administração Central, com destaque para os valores recebidos no âmbito da transferência de competências do Estado Central para as Autarquias

Locais: o Município de Gaia recebeu, nestes primeiros seis meses de 2025 o montante de 15.638,41 m€ no âmbito da transferência das áreas da educação, ação social e saúde. Além das transferências no âmbito da descentralização de competências, compõem esta rubrica as transferências relativas à Participação fixa no IRS com um valor de receita cobrada bruta de 5.925,89 m€, o Fundo de Equilíbrio Financeiro que regista 4.683,69 m€ de receita arrecadada, o Fundo Social Municipal com um total arrecadado de 4.154,07 m€, as verbas relativas ao Artº 35, nº 5 da Lei 73/2013 que somam 2.900,78 m€, a receita relativa à Participação do IVA com um valor de 919,03 m€ e a Participação comunitária em projetos co-financiados cuja receita cobrada bruta ascende a 1.367,70 m€, além de outras com carácter residual. Relativamente à Participação fixa no IRS, é de referir ainda que a receita arrecadada nos primeiros seis meses de 2025 regista uma diminuição de 2.963,70 m€, face ao valor cobrado em idêntico período do ano 2024. Esta variação reflete o impacto da decisão do Município em reduzir a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho para os 2,5% para os rendimentos do ano de 2024 (anteriormente esta taxa era de 4%).

As receitas de Rendimentos da Propriedade registaram um incremento de 449,71 m€ face ao valor registado no final do 2º trimestre de 2024. O montante de receita de Rendimentos da Propriedade a 30/06/2025 é de 3.950,75 m€ provenientes, em grande parte, de Rendas de Bens de Domínio Público (3.051,92 m€). A variação registada nas receitas de Rendimentos da Propriedade advém, essencialmente, de montantes de juros creditados a partir de 2025 em diversas contas do Município, os quais a 30/06/2025 totalizam 303,24 m€.

As Vendas de Bens e Serviços Correntes, a 30/06/2025, registam um montante de 3.087,08 m€, valor quase na sua totalidade relativo a serviços (3.050,27 m€) com destaque para os serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto com um valor de receita cobrada bruta de 1.046,47 m€ e para os serviços específicos das autarquias com um valor de receita bruta arrecadada de 1.833,86 m€.

Relativamente à receita bruta relativa a Taxas, multas e outras penalidades, verifica-se que esta rubrica da receita corrente regista um valor de 2.263,96 m€ e uma diminuição de 791,69 m€, face ao valor registado no final do 2º trimestre de 2024, explicado sobretudo pela redução da rubrica referente a Ocupação de Via Pública (menos 1.059,39 m€) e Coimas e Penalidades (menos 155,84 m€), parcialmente compensado com o aumento da receita proveniente da Taxa Turística (mais 656,55 m€).

Ao nível das receitas de capital, verifica-se, a 30/06/2025, um valor de receita cobrada bruta de 18.153,31 m€ e um acréscimo de 7.660,60 m€, em comparação com o valor registado em

idêntico período do ano de 2024, resultado da variação positiva verificada nas rubricas de Transferências de Capital (mais 5.244,28 m€) e de Passivos Financeiros (mais 2.763,67 m€). Esta variação sofreu, ainda, do efeito da ligeira diminuição das Vendas de Bens de Investimento (menos 250,72 m€) e das Outras Receitas de Capital (menos 96,64 m€).

As Transferências de Capital registam valor de 9.518,34 m€, o qual advém na totalidade de Transferências com origem na Administração Central, que no final do 2º trimestre registam um aumento de 5.244,28 m€ face ao valor recebido no período homólogo, com destaque para o valor recebido relativo à participação comunitária em projetos cofinanciados cujo valor de receita cobrada bruta ascendeu, no final do 2º trimestre de 2025, a 6.097,15 m€, um crescimento de 4.214,57 m€ em comparação com o valor registado no período homólogo de 2024.

Relativamente aos Passivos Financeiros, nos seis primeiros meses de 2025, apresentam um peso relativo de 47,3% do total de receita de capital arrecadada, e um montante de 8.581,32 m€, o que corresponde a mais 2.763,67 m€ do que o valor registado no mesmo período de 2024. Este valor decorre, por um lado da libertação de tranches de empréstimos nomeadamente: 4 tranches no valor total de 3.275,21 m€ do empréstimo de m.l.p. de 17.916,47 m€, 3 tranches no valor de 1.743,64 m€ do empréstimo de m.l.p. de 38.988,22 m€, 2 tranches no valor total de 309,83 m€ do empréstimo de m.l.p. de 11.850,00 m€, todos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, S.A. destinados ao financiamento de diversos investimentos e 1 tranche no valor de 1.095,83 m€ do empréstimo de m.l.p. de 6.041,95 m€ do Millenium BCP destinado ao financiamento da aquisição de veículos, máquinas para obras e edifícios para instalação de serviços municipais, e, por outro, de diversos desembolsos relativos a financiamentos reembolsáveis concedidos ao Município, no valor total de 2.156,81 m€, sendo 1.433,41 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de soluções de melhoria da acessibilidade de canais pedonais e cicláveis em locais de risco" e 723,40 m€ recebido no âmbito do financiamento da operação "Implementação de corredores BUS em solução pré-metro - 1ª Fase - VL 3".

Da análise suprarreferida, ressalta que no 2º trimestre do ano de 2025, a taxa de execução das Receitas Correntes ascendeu a 52,39%, registando um acréscimo de 5,21 p.p. face a idêntico período de 2024, e as Receitas de Capital apresentam uma taxa de execução de 22,80%, registando, um acréscimo 9,10 p.p., comparativamente com o valor registado no ano transato.

Por fim, importa referir que a taxa de execução da receita bruta total a 30/06/2025 foi de 51,05%, valor acima do valor apresentado a 30/06/2024, que se centrou nos 44,50%, verificando-se um acréscimo de 6,55 p.p.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total, no final do 2º trimestre de 2025 foi de 109.454,93 m€, apresentando um aumento de 9.506,24 m€ face ao período homólogo de 2024, no qual a despesa total atingiu 99.948,70 m€. Na base desta evolução destaca-se acréscimo verificado quer ao nível da despesa corrente, com mais 2.532,65 m€ em comparação com o 2º trimestre de 2024, quer ao nível das despesas de capital que registam um aumento de 6.973,59 m€, passando dos 20.312,25 m€ registados no final do 2º trimestre de 2024 para os 27.285,84 m€ apurados até ao 2º trimestre de 2025.

Esta evolução encontra-se desagregada no quadro seguinte:

C.Econ.	Descrição	30/06/2024		30/06/2025		Despesa Paga 2025/2024	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2024	2025
DESPESAS CORRENTES		201 671,59	79 636,45	215 342,32	82 169,09	2 532,65	39,49%	38,16%
01	Despesas com o pessoal	83 796,13	38 653,86	93 697,21	39 951,02	1 297,16	46,13%	42,64%
02	Aquisição de bens e serviços	79 087,49	23 765,77	74 528,43	24 786,54	1 020,78	30,05%	33,26%
03	Juros e outros encargos	4 207,08	1 634,18	3 673,48	1 561,23	-72,95	38,84%	42,50%
04	Transferências correntes	19 404,38	9 443,29	23 489,30	9 966,14	522,85	48,67%	42,43%
05	Subsídios	12 928,72	4 959,81	14 209,07	4 902,96	-56,85	38,36%	34,51%
06	Outras despesas correntes	2 247,79	1 179,54	5 744,82	1 001,20	-178,34	52,48%	17,43%
DESPESAS DE CAPITAL		107 513,91	20 312,25	106 490,15	27 285,84	6 973,59	18,89%	25,62%
07	Aquisição de bens de capital	95 011,69	14 996,87	89 012,86	18 613,08	3 616,20	15,78%	20,91%
08	Transferências de capital	1 789,03	699,76	7 029,68	4 020,89	3 321,13	39,11%	57,20%
09	Ativos financeiros	0,50	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	10 712,29	4 615,62	10 446,81	4 651,88	36,26	43,09%	44,53%
11	Outras despesas de capital	0,40	0,00	0,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL		309 185,50	99 948,70	321 832,47	109 454,93	9 506,24	32,33%	34,01%

milhares de euros

As Despesas Correntes apresentam um total de 82.169,09 m€, um aumento de 2.532,65 m€ face ao mesmo período de 2024. Esta variação resulta do aumento de diversas componentes da Despesa Corrente, com particular destaque para as Despesas com o Pessoal, que registam mais 1.297,16 m€, para a Aquisição de Bens e Serviços que cresceram 1.020,78 m€ e para as Transferências Correntes que apresentam um incremento de 522,85 m€. Inversamente, os Juros e Outros Encargos, os Subsídios e as Outras Despesas Correntes registaram ligeiras diminuições de 72,95 m€, 56,85 m€ e 178,34 m€, respetivamente.

As Despesas com Pessoal totalizaram, no 2º trimestre de 2025, 39.951,02 m€, representando 36,5% do total da despesa executada. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 30.846,20 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de cerca de 77,2%. A contribuir para o aumento das Despesas com o Pessoal no 2º trimestre de 2025 os aumentos definidos a nível governamental, nomeadamente:

- o Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro de 2025, que altera a base remuneratória e atualiza os valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública; e

- o Decreto-Lei nº 51/2025, de 27 de março de 2025, que procedeu à revisão da carreira dos Bombeiros Sapadores, com efeitos a 01 de janeiro de 2025. Este diploma, entre outras alterações, criou o suplemento de Bombeiro Sapador, comportando as componentes do risco, penosidade, insalubridade e prontidão de comparência, pago em 12 meses e em percentagem da retribuição base. No que diz respeito à valorização remuneratória em 2025, foi criada uma tabela remuneratória (artigo 29º), que define novas posições e níveis remuneratórios para todas as categorias de bombeiros sapadores e estabelecido o reposicionamento através de transição para a nova estrutura remuneratória em 2025, aplicando-se regras específicas definidas no n.º 3 do artigo 6º.

As Aquisições de Bens e Serviços Correntes, registam um aumento de 1.020,78 m€, passando de 23.765,77 m€ registados nos seis primeiros meses de 2024 para 24.786,55 m€ no mesmo período de 2025. Esta variação decorre do aumento verificado na aquisição de serviços, de mais 1.134,42 m€ face ao mesmo período de 2024, uma vez que a aquisição de bens, registou um decréscimo de 113,64 m€.

No que concerne à aquisição de serviços, o total de despesa executada ascende a 21.031,70 m€, dos quais se destacam os “Outros serviços”, com um peso relativo de cerca de 48% do total das aquisições de serviços e um valor de despesa paga de 10.103,32 m€, e os “Encargos das instalações” que ascendem a 3.290,44 m€.

As transferências correntes registam um aumento de 522,85 m€, neste período, passando dos 9.443,29 m€ registados em 2024, para 9.966,14 m€ em 2025. De realçar as transferências correntes para as instituições sem fins lucrativos que totalizam, a 30/06/2025, 4.906,19 m€ e ainda as transferências correntes para a administração Central com 1.755,47 m€ e para a administração local com 1.887,94 m€, das quais 1.825,47 m€ são relativos a transferências correntes para as freguesias. As transferências correntes para as famílias, nos seis primeiros meses de 2025, registam mais 106,52 m€ do que o valor registado no mesmo período do ano anterior, e ascendem a 1.110,73 m€, dos quais 836,1 m€ são relativos à atribuição do Cheque-Oferta 2024/2025.

Relativamente às transferências correntes destinadas a Instituições sem fins lucrativos, que até ao final do presente trimestre representam cerca de 49% do total das transferências correntes, com um montante de despesa paga de 4.906,19 m€ e um acréscimo de 1.343,56 m€ face a igual período de 2024, com destaque para:

- Protocolo de acordo GAIAaprende + com 1.266,10 m€ pagos até 30/06/2025;

- Protocolo de colaboração - Acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, no âmbito da Descentralização na área da Ação Social, com um valor de despesa paga de 976,00 m€;
- Protocolo GAI@prende + i que totalizou 560,64 m€;
- Transferências correntes no valor de 400,00 m€ relativas ao Contrato de Programa entre o Município de Vila Nova de Gaia e Inovagaia – Associação p/ o Centro de Incubação de Base Tecnológica de V. N de Gaia;
- Transferências Correntes para apoio a coletividades desportivas/Recreativas 391,87 m€;
- Apoio a diversas coletividades e instituições, nomeadamente, para a realização de festividades locais no total de 290,76 m€;
- Protocolo de colaboração entre o Município de Vila Nova de Gaia e Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários sediadas no concelho – Apoio à atividade no valor global de 236,00 m€;
- Transferências correntes - IPSS no âmbito do projeto Gaia + Inclusiva no valor total de 226,47 m€.

O montante de juros pagos pelo Município a 30/06/2025 atingiu o valor de 1.561,23 m€, um ligeiro recuo face ao mesmo no mesmo período de 2024 de 72,95 m€.

Ao nível dos Subsídios, com um valor de despesa paga a 30/06/2025 de 4902,96 m€, verifica-se um ligeiro recuo de despesa paga de 56,85 m€, explicado da seguinte forma:

- o valor de despesa paga a 30/06/2025, de 1.052,96 m€, corresponde ao 1º trimestre de 2025 do Contrato de Serviço Público da STCP nos Órgãos Municipais enquanto o valor de despesa paga a 30/06/2024 refere-se a duas tranches do contrato de concessão de serviço público de transporte rodoviário de passageiros explorado pela STCP (num total de 1.284,99 m€);
- do valor total de despesa anual prevista, 6.600 m€, relativa ao contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Águas de Gaia EM, S.A, no final dos seis primeiros meses de 2025, foram pagos 3.850,00 m€ enquanto no mesmo período de 2024, o valor executado foi de 3.300,00 m€;
- a despesa paga até final do 2º trimestre de 2024 inclui o montante de 250,00 m€ relativo ao mês de dezembro de 2023 do contrato-programa celebrado entre o Município e a entidade Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM;

- o Município procedeu ao pagamento no primeiro semestre de 2024 de subsídios para cobertura de prejuízos - Equilíbrio de contas (2023) ao abrigo da Lei 50/2012, de 30 de agosto, no valor de 124,82 m€ (Município – Empresa Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., Inovagaia – Assoc. para Centro de Incubação da Base Tecnológica e GaiaFuturo – Cooperativa de Interesse Público, CRL).

Na vertente da Despesa de Capital, as rubricas com maior expressividade, são as Aquisições de Bens de Capital, cifrando-se em 18.613,08 m€, seguidas pelos Passivos Financeiros com um volume de 4.651,88 m€. As Transferências de Capital registam um total de despesa paga de 4.020,89 m€. No final do 2º trimestre de 2025, as Despesas de Capital totalizam 27.285,84 m€ e registaram um acréscimo de 6.973,59 m€ face ao mesmo período ano anterior. Esta variação positiva é transversal a todas as componentes das Despesas de Capital: as Aquisições de Bens de Capital apresentam mais 3.616,20 m€, as Transferências de Capital mais 3.321,13 m€ e os Passivos Financeiros um ligeiro aumento de 36,26 m€, face aos valores registados em idêntico período do ano anterior.

No final do 2º trimestre de 2025, a despesa com Aquisições de bens de capital representa cerca de 68% da despesa de capital, com um valor total de 18.613,08 m€, destacando-se os investimentos realizados nos “Edifícios” nomeadamente na rubrica “Instalações desportivas e recreativas” com um valor investido de 3.765,92 m€, mais 1.790,78 m€ do que em idêntico período do ano de 2024, a destacar as obras do Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão e a reconstrução da Piscina de Maravedi, com um total de despesa paga, a 30/06/2025, de 2.287,72m€ e 1.476,15 m€, respetivamente. De referir ainda os investimentos realizados em “Construções diversas”, com um valor investido de 4.144,72 m€ nomeadamente na rubrica “Viadutos, arruamentos e obras complementares” com o valor investido de 2.832,96 m€ com destaque para o investimento em restabelecimento de pavimentos (1.014,77 m€), na reabilitação da Rede Viária (621,70 m€), na reabilitação de piso a Betuminoso - Área Urbana (608,16 m€) e na construção do Prolongamento da Avenida da República até ao Mar - Outros Troços (462,28 m€).

Resta referir que nos primeiros seis meses de 2025, a despesa corrente apresenta uma taxa de execução de 38,16%, observando-se um decréscimo de 1,33 p.p. face ao valor registado no final do 2º trimestre de 2024, que se situou nos 39,49%. Inversamente, a taxa de execução da despesa de capital no período em análise apresenta um aumento de 6,73 p.p., passando de uma taxa de execução de 18,89% no final do 2º trimestre de 2024 para 25,62% no mesmo período do ano de 2025.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que nos primeiros seis meses de 2025 a taxa de execução perfaz 34,01%, mais 1,68 p.p., comparativamente com os 32,33% atingidos em igual período de 2024.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de m.l.p.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		Prestação de Contas 2024	ORÇAMENTO INICIAL	30/06/2025 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	210 023,93	198 845,07	229 244,60
	B - Despesas correntes	170 008,94	184 942,79	215 342,32
	C - Saldo corrente (A-B)	40 014,99	13 902,28	13 902,28
	D - Amortização média dos EMLP	10 140,73	13 846,94	10 364,06
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	29 874,26	55,34	3 538,22
	F - Percentagem [A/(B+D)]	116,6%	100,0%	101,6%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 31/12/2024 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Face ao referido articulado, e como se poderá verificar no quadro acima, no final do 2º trimestre de 2025, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI.

Alterações Orçamentais

Até final de junho de 2025, realizaram-se 34 alterações orçamentais, das quais, seis foram modificativas.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais realizadas entre janeiro e junho de 2025, encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA					
CLASSIFICAÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
01	IMPOSTOS DIRETOS	104 097,75 €	40 412,15 €	40 412,15 €	104 097,75 €
02	IMPOSTOS INDIRETOS				
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	7 103,42 €	0,00 €	0,00 €	7 103,42 €
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	7 130,75 €	0,00 €	0,00 €	7 130,75 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	73 534,63 €	426,25 €	134,80 €	73 826,09 €
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 255,13 €	0,00 €	0,00 €	5 255,13 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1 723,39 €	0,00 €	0,00 €	1 723,39 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	839,80 €	0,00 €	0,00 €	839,80 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34 977,69 €	287,50 €	2 344,97 €	32 920,22 €
11	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	0,00 €	0,00 €	0,50 €
12	PASSIVOS FINANCEIROS	47 177,81 €	0,00 €	2 693,57 €	44 484,24 €
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 380,20 €	0,00 €	0,00 €	1 380,20 €
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1 540,94 €	0,00 €	0,00 €	1 540,94 €
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00 €	41 530,04 €	0,00 €	41 530,04 €
Totais		284 762,01 €	82 655,95 €	45 585,49 €	321 832,47 €

(milhares de euros)

As alterações orçamentais à Receita, verificadas nos primeiros seis meses do ano, foram no sentido do seu reforço, tendo sido acrescidos 37.070,45 m€ face às Previsões Iniciais. De entre as variações ocorridas entre janeiro e junho de 2025, é de destacar os seguintes registos:

- A integração do Saldo da Gerência Anterior (41.530,04 m€, dos quais 3.628,71 m€ relativos a receita consignada);
- Ao nível dos Impostos Diretos (Cl.Ec.01) verifica-se um valor de inscrições/reforços de igual montante às diminuições/anulações decorrente do ajustamento ao nível do Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas, o qual, em resultado do DL nº 48-A/2024, de 25/07 veio estabelecer um mecanismo de compensação aos municípios pelas receitas cessantes em resultado da aplicação da isenção de IMT-Jovem, o que implicou o desdobramento da classificação orçamental deste receita entre IMT – Artº 14º Lei 73/2013 e IMT – Compensação DL 48-A/2024;
- Os valores registados em Transferências Correntes, neste 1º semestre de 2025, resultam de ajustamentos de diversos projetos com financiamento comunitário, a destacar o aumento do orçamento da Receita (e Despesa) motivado pela inclusão da candidatura “CLDS 5G “Gaia Norte” e CLDS 5G “Gaia Sul”, que originou um aumento de 322,21 m€ em Transferências Correntes (Cl.Ec.06);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à retificação da fonte de financiamento da rubrica da “Construção do Centro de Saúde dos Carvalhos”, que originou a diminuição de 2.135,75 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10), e que constituiu o ajustamento mais relevante neste período;
- Aumento do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reformulação de encargos da candidatura “Requalificação da USF Valadares”, que originou o aumento de 100,00 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.10);

- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos dos procedimentos “Ginásio Escolar do Meiral”, que originou a diminuição de 1.163,97 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos do procedimento “Teatro Almeida Sousa, Avintes”, que originou a diminuição de 551,97 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido ao valor da adjudicação ser inferior ao valor que estava previsto no empréstimo do procedimento “Unidade de Execução da área envolvente ao novo campo de jogos de Valadares, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares”, que originou a diminuição de 137,14 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.12);
- Diminuição do orçamento da Receita (e Despesa), devido à reprogramação de encargos, face ao que estava previsto no empréstimo referente ao procedimento “Construção do Pavilhão Municipal de Vilar do Paraíso”, que originou a diminuição de 840,49 m€ em Transferências de Capital (Cl.Ec.12).

DOTAÇÕES DA DESPESA					
CL. ECON.	CLASSIFICAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	DESPESAS COM O PESSOAL	87 166,23 €	12 758,48 €	6 227,50 €	93 697,21 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	65 347,73 €	17 825,22 €	8 644,51 €	74 528,43 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	3 816,88 €	74,40 €	217,80 €	3 673,48 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 683,10 €	12 270,40 €	1 464,20 €	23 489,30 €
05	SUBSÍDIOS	14 107,27 €	351,80 €	250,00 €	14 209,07 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 821,59 €	4 125,03 €	201,80 €	5 744,82 €
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	86 687,73 €	19 867,38 €	17 542,25 €	89 012,86 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 583,98 €	5 011,90 €	566,20 €	7 029,68 €
09	ATIVOS FINANCEIROS	0,50 €	- €	- €	0,50 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	10 446,71 €	0,10 €	- €	10 446,81 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,30 €	- €	100,00 €	0,30 €
Totais		284 762,01 €	72 284,71 €	35 214,26 €	321 832,47 €

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, durante os primeiros seis meses de 2025, verificou-se um total de 72.284,71 m€ de inscrições/reforços e de 35.214,26 m€ de diminuições/anulações.

As contas de Aquisição de Bens e Serviços (Cl.Ec.02) e as Transferências Correntes (Cl.Ec.04), entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, registaram Dotações Corrigidas, no final do 2º trimestre, de 74.528,43 m€ e de 23.489,30 m€, respetivamente. Foram, deste modo, e no que a despesas correntes diz respeito, as que registaram maiores variações em termos absolutos, no período em análise, com mais 9.180,71 m€ e mais 10.806,20 m€, respetivamente, isto face à Dotação Inicial.

Ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, a maior variação é ao nível da Aquisição de Serviços, com mais 9.445,81 m€ acrescidos à dotação inicial. De entre estes reforços nas rubricas de serviços, o destaque vai para as verbas destinadas a “Outros serviços” (mais 3.130,61 m€) e a “Encargos de instalações” (mais 1.886,10 m€).

Relativamente às Transferências Correntes, o maior reforço, em termos absolutos, verificou-se nas transferências destinadas às “Instituições sem fins lucrativos”, com mais 5.489,90 m€, passou de uma dotação inicial de 5.603,66 m€ para uma dotação corrigida no final do 2º trimestre de 11.093,56 m€. As transferências para as Famílias também registaram um incremento significativo, variando dos 972,82 m€ de dotação inicial, para uma dotação corrigida a 30/06/2025 de 4.127,02 m€ (mais 3.154,20 m€).

Ainda no âmbito das despesas correntes, de referir que as Despesas com o Pessoal (Cl.Ec.01) são as que apresentam a maior dotação corrigida, com 93.697,21 m€ e uma variação de 7% face à dotação inicial.

No que concerne a despesas de capital, as rubricas de Transferências de Capital (Cl.Ec.08) com uma Dotação Corrigida a 30/06/2025 de 7.029,68 m€, acumulam até ao final do 2º trimestre, a maior variação em termos absolutos, registando mais 4.445,70 m€ face à Dotação Inicial, sendo 3.291,30 m€ para reforço da rubrica de transferências para Instituições sem Fins Lucrativos e 1.154,40 m€ para as Freguesias

As Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07), no período de janeiro a junho de 2025 registam um acréscimo de 2.325,13 m€, passando de uma Dotação Inicial de 86.687,73 m€ para uma Dotação Corrigida de 89.012,86 m€. A contribuir mais significativamente para esta variação temos o aumento na reparação e beneficiação de habitações (mais 2.589,15 m€).

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 2º trimestre de 2025 ascenderam a 101.143,20 m€, o que representa um acréscimo de 8% em relação a idêntico período de 2024. Estes valores contemplam a totalidade os Gastos de Depreciações e Amortizações deste período, tanto relativamente ao 1º semestre de 2024, como ao 1º semestre de 2025.

A decomposição dos Gastos e Perdas no final do 2º trimestre foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	93 859,75	100%	101 143,20	100%	7 283,45	8%
60	Transferências e subsídios concedidos	20 694,50	22%	26 994,22	27%	6 299,72	30%
61	Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	798,69	1%	677,55	1%	-121,14	-15%
62	Fornecimentos e serviços externos	22 843,42	24%	22 822,84	23%	-20,58	0%
63	Gastos com o pessoal	28 854,49	31%	30 049,84	30%	1 195,35	4%
64	Gastos de depreciação e de amortização	15 390,56	16%	16 906,52	17%	1 515,96	10%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	4 044,69	4%	2 624,51	3%	-1 420,17	-35%
69	Gastos por juros e outros encargos	1 233,41	1%	1 067,72	1%	-165,69	-13%

milhares de euros

Os gastos mais significativos foram os Gastos com o Pessoal com um total de 30.049,84 m€, seguindo-se as Transferências e subsídios concedidos com um valor absoluto de 26.994,22 m€ e os Fornecimentos e Serviços Externos que somam 22.822,84 m€. Os Gastos com o Pessoal e as Transferências e subsídios concedidos registam aumentos, de 1.195,35 m€ e 6.299,72 m€, respetivamente, enquanto os Fornecimentos de Serviços Externos registam uma ligeira diminuição de 20,58 m€, face ao período homólogo de 2024.

Efetuada uma análise das componentes de Gastos com Pessoal verifica-se que as variações mais relevantes se registaram ao nível das Remunerações do Pessoal (mais 1.469,32 m€), nas quais se incluem a atualização de tabelas remuneratórias e as medidas de aceleração do desenvolvimento das carreiras da função pública, e as quais explicam a evolução destes valores no final do 2º trimestre de 2024 e o mesmo período de 2025.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
63	Gastos com o pessoal	28 854,49	100%	30 049,84	100%	1 195,35	4%
63.0	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	617,91	2%	623,14	2%	5,24	1%
63.2	Remunerações do pessoal	23 983,18	83%	25 452,50	85%	1 469,32	6%
63.4	Indemnizações	0,23	0%	0,62	0%	0,39	170%
63.5	Encargos sobre remunerações	3 350,55	12%	3 302,04	11%	-48,51	-1%
63.6	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	482,12	2%	550,29	2%	68,17	14%
63.8	Outros gastos com o pessoal	281,20	1%	5,06	0%	-276,14	-98%
63.9	Outros encargos sociais	139,30	0%	116,19	0%	-23,11	-17%

milhares de euros

Numa análise mais pormenorizada das Transferências e Subsídios concedidos, verifica-se que, no final do 2º trimestre de 2025, correspondem à rubrica com o segundo maior peso no total dos gastos (27%), com um total de 26.994,22 m€, sendo a sua distribuição detalhada no quadro seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	20 694,50	100%	26 994,22	100%	6 299,72	30%
60.1	Transferências correntes concedidas	11 874,38	57%	11 848,54	44%	-25,84	0%
	Estado	1 758,22	8%	1 950,03	7%	191,81	11%
	Freguesias	1 830,81	9%	1 849,43	7%	18,62	1%
	Famílias	212,66	1%	835,28	3%	622,62	293%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	234,00	1%	295,00	1%	61,00	26%
	Outros	7 838,68	38%	6 918,80	26%	-919,88	-12%
60.2	Subsídios correntes concedidos	7 884,26	38%	10 979,99	41%	3 095,73	39%
	Águas de Gaia, E.M., SA	6 600,00	32%	6 600,00	24%	0,00	0%
	Gaiurb, EM	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	STCP - Soc. de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	1 284,26	6%	4 379,99	16%	3 095,73	-
60.4	Transferências de capital concedidas	933,46	5%	4 165,69	15%	3 232,23	346%
	Estado	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Associações de Municípios	0,00	0%	250,60	0%	250,60	0%
	Freguesias	0,00	0%	642,66	2%	642,66	0%
	Instituições sem Fins Lucrativos	933,46	5%	3 272,43	12%	2 338,97	251%
60.6	Transferências para cobertura de prejuízos	2,40	0%	0,00	0%	-2,40	-

milhares de euros

As Transferências e Subsídios Concedidos registaram um aumento de 6.299,72 m€ no 1º semestre de 2025, face ao mesmo período de 2024, espelhando o aumento das Transferências de Capital (mais 3.232,23 m€) e dos Subsídios Correntes Concedidos (mais 3.095,73 m€). Por sua vez, as Transferências Correntes revelam uma ligeira diminuição de 25,84 m€ em relação ao período homólogo.

Nas Transferências de Capital, o incremento de 3.232,33 m€ resulta, essencialmente no aumento das transferências para Instituições sem Fins Lucrativos (mais 2.338,97 m€), a que se juntou o aumento das transferências para as Freguesias (mais 642,66 m€, com destaque para os Contratos interadministrativos de delegação de competências com a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso, tendo em vista a realização de diversas obras, no valor de 196,86 m€ e para o Acordo de colaboração com a União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso para apoio para obras de construção de Capela Mortuária (Vilar de Paraíso) no valor de 150,00 m€) e o aumento das transferências para Associações de Municípios, mais concretamente, 250,60 m€ destinados à criação da empresa metropolitana de transportes da AMP - constituição do Capital Social.

A variação registada ao nível dos Subsídios é motivada pelos gastos decorrentes do Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela S.T.C.P., E.I.M., S.A. que, para o ano de 2025, a estimativa de montante máximo de transferência financeira anual a cargo do Município de Vila Nova de Gaia foi de 4.379,99 m€ - valor contabilizado logo no 1º trimestre do ano. No ano anterior, esse valor foi 2.537,19 m€, dividido pelos 4 trimestre de 2024 o que resultou num gasto de 1.284,26 m€ no fim do 2º trimestre de 2024.

As Transferências Correntes registam nos primeiros seis meses de 2025 um ligeiro decréscimo de 25,84 m€, face ao valor registado em idêntico período do ano anterior, que resulta da diminuição sentida ao nível nas Outras Transferências Correntes, com menos 919,88 m€, variação essencialmente explicada pelas transferências ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) - Passe Único, que no final do 2º trimestre de 2024 totalizaram 1.655,54 m€. Inversamente as restantes componentes das transferências correntes apresentam aumentos, com destaque para a variação positiva registadas nas transferências correntes para as Famílias e para o Estado, com mais 622,62 m€ e mais 191,81 m€, respetivamente, face aos valores registados no mesmo período do ano de 2024.

No 1º semestre de 2025, os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos perfazem o valor de 22.822,84 m€ e, entre os gastos mais relevantes, temos os Subcontratos e Parcerias (22%), os Outros Serviços (21%) e a Eletricidade (10%).

O quadro abaixo mostra o total de gastos desta rubrica e o valor, peso relativo e variação de algumas das rubricas mais relevantes de Fornecimentos e Serviços Externos:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	22 843,42	100%	22 822,84	100%	-20,58	0%
62.1	Subcontratos e parcerias	4 818,00	21%	4 952,94	22%	134,94	3%
62.2.1.6	Organização de eventos	519,34	2%	1 347,91	6%	828,57	160%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	554,51	2%	498,03	2%	-56,48	-10%
62.2.3	Vigilância e segurança	1 131,51	5%	1 249,51	5%	118,00	10%
62.2.5	Comissões	1 040,32	5%	1 187,31	5%	147,00	14%
62.2.6	Conservação e reparação	914,18	4%	1 399,83	6%	485,64	53%
62.4.1	Eletricidade	2 472,05	11%	2 272,60	10%	-199,45	-8%
62.4.1.1	Iluminação Pública	590,34	3%	840,09	4%	249,75	42%
62.4.1.2	Instalações Municipais	1 881,39	8%	1 423,16	6%	-458,23	-24%
62.6.1	Rendas e alugueres	2 720,78	12%	1 405,35	6%	-1 315,42	-48%
62.6.3	Seguros	500,99	2%	889,90	4%	388,91	78%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	721,81	3%	872,03	4%	150,23	21%
62.6.9	Outros serviços	5 616,20	25%	4 758,25	21%	-857,95	-15%

milhares de euros

Organização de eventos (mais 828,57 m€), Conservação e reparação (mais 485,64 m€), Seguros (mais 388,91 m€) e Iluminação Pública (mais 249,75 m€), foram os que registaram maiores aumentos, em termos absolutos, comparativamente com os valores do 1º semestre de 2024.

O aumento do valor de Organização de eventos de 519,34 m€ para 1.347,91 m€ é explicado pelo aumento dos gastos com a realização de vários concertos e espetáculos, com destaque para o concerto da Gala de abertura da Gaia Capital Nacional de Juventude, o concerto inaugural do Pavilhão Nelson Mandela ou para os Concertos e espetáculos de interrupção letiva da Páscoa, e para eventos, como a “Feira de Páscoa” ou a Mostra de Oferta Educativa e Formativa do Concelho.

A rubrica de gastos em Conservação e Reparação subiu dos 914,18 m€ registados a 30/06/2024, para os 1.399,83 m€ a 30/06/2025. Este aumento ocorreu essencialmente ao nível da conservação e reparação de ativos fixos (mais 357,91 m€) e, de entre os ativos fixos, os Edifícios foram os que tiveram a maior parcela de aumento em termos absolutos (mais 160,84 m€), com a imputação a gastos do período das obras de manutenção das Instalações Municipais da Rua Diogo Cassels e da reabilitação interior do Bloco D da Escola Secundária Diogo Macedo. Outros gastos de conservação e reparação relevantes ocorreram ao nível dos espaços verdes, com um aumento de 173,36 m€, passando de 60,01 m€ no 1º semestre de 2024 para 233,37 m€ no mesmo período de 2025. Este aumento deveu-se à imputação a gastos de diversos projetos de requalificação de diversos espaços verdes, como o Jardim do Centro Cívico e o Jardim Soares dos Reis, do Parque da Rua das Pedreiras – Madalena e ajardinamento da Obra de requalificação da Frente Fluvial do Rio Douro no Areinho – Avintes.

No caso dos Seguros, estes agregam gastos relativos a diversos tipos de apólices, que no 1º semestre de 2024 totalizaram 500,99 m€ e no 1º semestre de 2025 ascenderam aos 889,90 m€, sendo os mais significativos, os seguros de responsabilidade civil e os seguros multirriscos de edifícios e conteúdos diversos (os quais incluem as áreas da saúde e educação), com verbas relativas ao 3º trimestre já contabilizadas no 1º semestre de 2025.

Por fim, os gastos com Iluminação Pública passaram de 590,34 m€ no 1º semestre de 2024, para 840,09 m€ no período homologado de 2025.

Com sentido inverso, há a assinalar a diminuição dos gastos com Rendas e Alugueres, que passaram de 2.720,78 m€ no final do 2º trimestre de 2024, para 1.405,35 m€ em igual período de 2025. Esta diminuição de 1.315,42 m€ é explicada, essencialmente, pela extinção do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro a quem eram devidas rendas de imóveis como o Edifício dos Bombeiros Sapadores, o Edifício das Oficinas Gerais, o Parque da Aguda, entre outros. De acordo com a escritura de Dissolução e Liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro, a 30/07/2024, foram adjudicados ao Município, a totalidade dos imóveis que o constituíam, pelo valor global de 20.461.750,00€, justificando a redução em 1.119,55 m€ do valor de rendas e alugueres de Edifícios, que passaram de 1.778,23 m€ a 30/06/2024 para 658,68 m€ a 30/06/2025.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos, no final do 1º semestre de 2025, totalizaram 100.254,78 m€, apresentando um aumento de 26.413,93 m€, face ao idêntico período do ano anterior.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	73 840,85	100%	100 254,78	100%	26 413,93	36%
70	Impostos, contribuições e taxas	28 337,34	38%	57 586,26	57%	29 248,93	103%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	3 064,44	4%	3 164,14	3%	99,70	3%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	35 922,00	49%	35 424,76	35%	-497,24	-1%
76	Reversões	0,34	0%	1,48	0%	1,14	339%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	6 361,32	9%	3 771,54	4%	-2 589,78	-41%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	155,42	0%	306,60	0%	151,18	97%

milhares de euros

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos continuam a ser os Impostos, Contribuições e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos que, em conjunto, representam 93% do total de rendimentos do 1º semestre. Em igual período de 2024, esse peso era de 87%, distribuído entre 38% de Impostos, Contribuições e Taxas e 49% de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

As referidas rubricas, face a 2024, registaram variações em sentidos opostos, com 103% de aumento na rubrica Impostos, Contribuições e Taxas e 1% de diminuição na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos.

Os Outros rendimentos foram a outra rubrica com uma variação negativa face ao 1º semestre de 2024: menos 41%, passou de 6.361,32 m€ a 30/06/2024 para 3.771,54 m€ no final de junho de 2025. Esta variação é justificada, sobretudo, pelo momento do registo da renda relativa à concessão de distribuição de energia elétrica paga pela E-Redes (a renda do 2º trimestre de 2025, no valor de 1.501,09 m€, foi registada a 01/07/2025, ou seja, já no 3º trimestre).

As demais rubricas que compõem os Rendimentos registaram, no final do 1º semestre de 2025, variações positivas face a igual período de 2024: o Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares tiveram um aumento de 97%, passando de 155,42 m€ para 306,60 m€ e as Prestações de Serviços e Concessões tiveram um incremento (mais ligeiro) de 3%, dos 3.064,44 m€ para 3.164,14 m€ (um aumento de 99,70 m€ entre 2024 e 2025).

A rubrica de Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, pese embora, com um peso diminuto no total dos rendimentos, registou um aumento significativo motivado pelo incremento de 245,80 m€ dos Juros Obtidos (os Dividendos Obtidos e os Outros Rendimentos Similares tiveram variações negativas de 74,39 m€ e 20,23 m€, respetivamente).

No quadro seguinte é efetuada uma análise detalhada à rubrica de Impostos, contribuições e taxas:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	28 337,34	100%	57 586,26	100%	29 248,93	103%
70.1	Impostos diretos	5 150,02	18%	5 371,61	9%	221,59	4%
	Derrama	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Imposto municipal sobre imóveis	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Imposto único de circulação	5 146,58	18%	5 370,87	9%	224,29	4%
	Contribuição Autárquica (CA)	3,44	0%	0,74	0%	-2,70	-78%
70.2	Impostos indiretos	17 114,11	60%	31 474,62	55%	14 360,50	84%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	17 114,11	60%	31 474,62	55%	14 360,50	84%
70.4	Taxas, multas e outras penalidades	6 073,20	21%	20 740,04	37%	14 666,84	242%
	Taxas	5,37	0%	3,99	0%	-1,38	-26%
	Taxas específicas das autarquias locais	5 320,65	19%	20 195,92	35%	14 875,27	280%
	Multas e outras penalidades	747,18	3%	540,12	1%	-207,05	-28%

milhares de euros

Analisadas a globalidade dos Impostos, Contribuições e Taxas, no final do 1º semestre de 2025 constata-se um crescimento na ordem dos 103%, o que corresponde a mais 29.248,93 m€ face a idêntico período do ano de 2024.

Nos Impostos Diretos, nos primeiros seis meses de 2025, verificou-se um aumento da receita cobrada de 221,59 m€ (passou de 5.150,02 m€ para 5.371,61 m€), com um aumento no IUC (+ 224,29 m€). A Contribuição Autárquica regista um ligeiro decréscimo de 2,70 m€, contudo, este é um tributo residual.

Ao nível dos Impostos Indiretos, a receita cobrada corresponde na totalidade a IMT, e no final do 1º semestre de 2025, representa o maior volume de receita arrecadada de Impostos, Contribuições e Taxas, com 31.474,62 m€ e um crescimento de 14.360,50 m€ face a igual período de 2024. Embora este montante de rendimentos de IMT contabilizado até 30/06/2025 englobe:

* o adiantamento do IMT, no valor de 1.862,86 m€ referente a junho (o valor registado no período homólogo de 2024 apenas contempla os valores de janeiro a maio) e

* o montante de 1.165,71 m€ relativo ao IMT Jovem (compensação prevista nos termos do DL 48-A/2024 a vigorar deste agosto de 2024).

Ainda assim, efetuando a comparação dos rendimentos de IMT de janeiro a maio de 2025 face ao mesmo período de 2024, verifica-se uma variação positiva de 66%, que resultou em mais 11.331,93 m€.

As Taxas, multas e outras penalidades, no 1º semestre de 2025 correspondem ao maior volume de receita arrecadada, com 20.740,04 m€, um expressivo crescimento de 14.666,84 m€ face ao montante arrecadado no 1º semestre de 2024. Esta evolução resulta do significativo aumento nas Taxas específicas das autarquias locais que passou de 5.320,65 m€ a 30/06/2024 para 20.195,92 m€ a 30/06/2025. De entre as Taxas específicas da Autarquia,

tiveram especial relevância, em termos de rendimentos até 30/06/2025, as Taxas de Ocupação da via pública que totalizam 18.842,31 m€, um acréscimo de 14.435,22 m€ face ao valor registado no período homologado de 2024, explicado essencialmente pelo montante arrecadado relativo à empreitada de execução da linha de metro Rubi, que em termos de rendimento registado a até 30/06/2025 totalizou 16.733,00 m€.

As Transferências e subsídios correntes obtidos, nos seis primeiros meses de 2025, ascendem a 35.424,76 m€, uma ligeira diminuição de 497,24 m€ face ao período homólogo de 2024. Esta variação pode ser desagregada da seguinte forma:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/03/2024		31/03/2025		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	17 838,47	100%	17 911,94	100%	73,47	0%
75.1.1.1	Estado	17 747,17	99%	17 254,84	96%	-492,33	-3%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	2 422,52	14%	2 341,85	13%	-80,67	-3%
	Fundo Social Municipal (FSM)	1 852,29	10%	2 077,04	12%	224,74	12%
	Participação no IRS	4 444,80	25%	2 962,95	17%	-1 481,85	-33%
	Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	7 501,54	42%	7 949,52	44%	447,99	6%
	Participação do IVA	588,59	3%	459,52	3%	-129,07	-22%
	Direção Regional de Educação Norte	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Outros	12,04	0%	13,58	0%	1,54	13%
	Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	925,40	5%	1 450,39	8%	524,99	57%
75.1.1.2	Serviços e Fundos Autónomos	91,30	1%	79,84	0%	-11,47	-13%
	Instituto Nacional de Emergência Médica	14,53	0%	25,81	0%	11,28	78%
	Serviço Nacional Bombeiros e Proteção Civil	4,30	0%	12,52	0%	8,21	191%
	Outros Serviços e Fundos Autónomos	72,47	0%	41,51	0%	-30,96	-43%
75.1.1.3	Administração Local	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Municípios	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75.1.4	Resto do Mundo	0,00	0%	577,27	3%	577,27	0%
	Outras	0,00	0%	577,27	3%	577,27	0%

milhares de euros

No cômputo geral das transferências correntes do Estado, verifica-se uma diminuição de 1.484,67 m€, que resulta essencialmente da diminuição de 2.963,70 m€ registada ao nível da Participação no IRS, a 30/06/2024 o montante arrecadado totalizou 8.889,59 m€ e a 30/06/2025 ficou-se pelos 5.925,89 m€. De referir ainda que também as transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e da Participação do IVA registam diminuições, de 161,35 m€ e 258,14 m€, respetivamente. Inversamente, as transferências relativas ao Fundo Social Municipal e os valores recebidos ao abrigo da transferência de competências, registam um acréscimo 449,48 m€ e de 426,51€, respetivamente, face ao 1º semestre de 2024. As verbas recebidas no âmbito da transferência de competências, a 30/06/2025, totalizaram 15.429,58 m€ e abarcam transferências na área da educação (12.066,11 m€), da saúde (2.099,38 m€) e da ação social (1.264,09 m€).

À semelhança do que aconteceu em 2024, no ano de 2025 os municípios puderam receber transferências do Estado ao abrigo do Art.º 35º, nº 3 da Lei nº 73/2013 como componente corrente da receita que, no caso de Município de Gaia, representou até 30/06/2025 um

rendimento de 2.900,78 m€, o que corresponde a um aumento de 1.049,99 m€ face ao valor recebido em idêntico período do ano anterior.

Em síntese, neste 1º semestre de 2025, quando comparado com igual período de 2024, o Município regista um aumento, quer nos Gastos, quer nos Rendimentos, embora este aumento tenha acontecido a ritmos diferentes: enquanto os Gastos registaram uma variação de 8%, os Rendimentos tiveram um incremento na ordem dos 36%.

Análise das rubricas de Investimentos

Os Investimentos, na primeira metade de 2025, registaram um aumento de 2% em termos globais, registando um total de 999.632,46 m€, mais 21.574,89 m€ face ao período homólogo de 2024. O quadro abaixo desagrega esse total por componentes de Investimento, comparando o primeiro semestre de 2024 e de 2025:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	978 057,56	100%	999 632,46	100%	21 574,89	2%
41	Investimentos financeiros	134 986,76	14%	116 619,43	12%	-18 367,33	-14%
42	Propriedades de investimento	19 604,05	2%	21 110,19	2%	1 506,15	8%
43	Ativos fixos tangíveis	765 742,00	78%	801 472,43	80%	35 730,43	5%
44	Ativos intangíveis	223,53	0%	709,70	0%	486,17	218%
45	Investimentos em curso	57 501,23	6%	59 720,70	6%	2 219,47	4%

(valores após depreciações e amortizações) (milhares de euros)

Este aumento verificou-se de forma mais expressiva ao nível dos Ativos Fixos Tangíveis, que totalizam no final do 2º trimestre de 2025 o valor de 801.472,43 m€, mais 35.730,43 m€ do que em igual período de 2024. Os Investimentos Financeiros registaram um decréscimo de 18.367,33 m€, para os 116.619,43 m€, e os Investimentos em Curso somaram mais 2.219,47 m€ ao valor de 57.501,23 m€ do segundo semestre de 2024.

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, o grupo mais relevante é o dos Bens de Domínio Público, que no final do 2º trimestre de 2025 totalizam 397.700,56 m€, representam 50% dos Ativos Fixos Tangíveis e 40% do total de Investimentos. Os Edifícios e outras Construções, com o valor de 269.957,37 m€, são outra componente importante dos Ativos Fixos Tangíveis. De referir que, até à data de recolha dos elementos que servem de base à presente análise, estavam apuradas as amortizações e depreciações dos meses de janeiro a junho de 2025, motivo pelo qual, é possível a comparação com o período homólogo de 2024.

Os Investimentos em Curso apresentam um acréscimo de 2.219,47 m€, passando dos 57.501,23 m€ do 1º semestre de 2024, para os 59.720,70 m€ do 1º semestre de 2025. Esta variação decorre essencialmente da rubrica de Edifícios e Outras Construções, que registou um

aumento de 6% face ao período homólogo, totalizando 55.069,83 m€ no final deste período, podendo referir como obras importantes o Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão (2.160,62 m€), a construção da nova Piscina de Maravedi (1.493,50 m€) e a beneficiação do pavimento de diversos arruamentos do Município (1.031,95 m€).

As variações ao nível dos Investimentos Financeiros (menos 18.367,33 m€), resultam dos ajustamentos efetuados no âmbito do Método de Equivalência Patrimonial, com base nos elementos de prestação de contas fornecidos pelas entidades relativos a 2024. Contudo, o movimento mais relevante foi o desreconhecimento da participação do Município no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gaia Douro, no valor de 20.461,75 m€, motivado pela dissolução e liquidação desta entidade.

Indicadores Financeiros

O Município revela estabilidade ao nível dos indicadores financeiros, sendo os valores apurados para o 1º semestre de 2025 bastante semelhantes aos do período homólogo de 2024.

INDICADORES	30/06/2024	30/06/2025
Ativo Corrente / Ativo Total	9%	13%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	22%	19%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	84%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	141%	210%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	518%	521%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	16%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	988%	676%
Investimentos / Ativo Total	91%	87%

O indicador da Autonomia Financeira não sofreu qualquer alteração entre os períodos em análise: 84% dos Ativos do Município são financiados pelo Património Líquido. O mesmo se verifica com o Endividamento que, no final do 1º semestre de 2025 (tal como em igual período de 2024) situa-se nos 16%.

Podemos confirmar que a capacidade financeira global do Município para solver a totalidade dos seus compromissos se mantém elevada, sendo o seu Património Líquido 5 vezes superior ao seu Passivo.

O grau de Liquidez regista um valor de 210% a 30/06/2025, e um acréscimo de 69 p.p. face ao período homólogo do ano anterior, isto porque, por um lado, regista-se um aumento de cerca de 40% nos meios financeiros líquidos (de 44.726,99 m€ em 2024, para 62.563,18 m€ em 2025) e, por outro, a redução do Passivo Corrente de 31.665,51 m€ em 2024, para 29.767,93 m€ em 2025, uma diminuição na ordem dos 6%.

Embora com um ligeiro aumento no valor dos Investimentos (mais 2%), o peso deste agregado no Ativo Corrente diminuiu para 676% por força da variação mais pronunciada do Ativo Corrente (mais 49% em junho de 2025, face a igual período de 2024).

Contabilidade de Gestão

A Norma Contabilística Pública nº 27 tem como objetivo *“estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.”*

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

A contabilidade de gestão do Município assenta no plano de contas proposto pela NCP 27, o qual, partindo de uma reclassificação dos gastos por natureza (contabilidade financeira), para gastos por objeto de custeio (contabilidade de gestão), permite o apuramento dos custos por departamento, função, atividade, bem, serviço, etc.

Optou-se pela utilização do sistema de custeio baseado no cálculo dos gastos por funções.

Neste sentido, o valor total de gastos no 1º semestre de 2025 foi de 101.143,20 m€, mais 7.283,45 m€ face ao valor registado no 1º semestre de 2024 que totalizou 93.859,75 m€, e encontra-se desagregado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	30/06/2024		30/06/2025		VAR. (€)	VAR. %
	Valor (€)	%	Valor (€)	%		
Funções Gerais	32 764,07	35%	25 162,26	25%	-7 601,81	-23%
Serviços Gerais de Administração Pública	27 991,27	30%	20 417,91	20%	-7 573,36	-27%
Segurança e Ordem Públicas	4 772,80	5%	4 744,36	5%	-28,45	-1%
Funções Sociais	40 418,95	43%	47 434,34	47%	7 015,39	17%
Educação	25 641,89	27%	25 350,27	25%	-291,61	-1%
Saúde	1 669,43	2%	1 750,20	2%	80,77	5%
Ação Social	4 010,66	4%	5 910,22	6%	1 899,56	47%
Habituação e Serviços Coletivos	4 007,57	4%	4 446,76	4%	439,19	11%
Serviços Culturais, Desportivos e Recreativos	5 089,40	5%	9 976,89	10%	4 887,49	96%
Funções Económicas	13 388,88	14%	16 643,89	16%	3 255,01	24%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,12	0%	0,14	0%	0,02	20%
Indústria e Energia	1 125,38	1%	2 528,18	2%	1 402,81	125%
Transportes e Comunicações	11 930,00	13%	13 850,99	14%	1 920,99	16%
Comércio e Turismo	141,24	0%	121,74	0%	-19,50	-14%
Outras Funções Económicas	192,14	0%	142,84	0%	-49,30	-26%
Outras Funções	7 287,84	8%	11 902,70	12%	4 614,86	63%
Operações da Dívida Autárquica	1 335,79	1%	1 274,07	1%	-61,72	-5%
Transferências entre Administrações	538,24	1%	7 693,06	8%	7 154,82	1329%
Projetos Financiados	5,18	0%	1,86	0%	-3,32	-64%
Encargos com Cobrança de Impostos	983,05	1%	1 238,18	1%	255,13	26%
Diversas Não Especificadas	4 425,59	5%	1 695,54	2%	-2 730,05	-62%
TOTAL	93 859,75	100%	101 143,20	100%	7 283,45	8%

milhares de euros

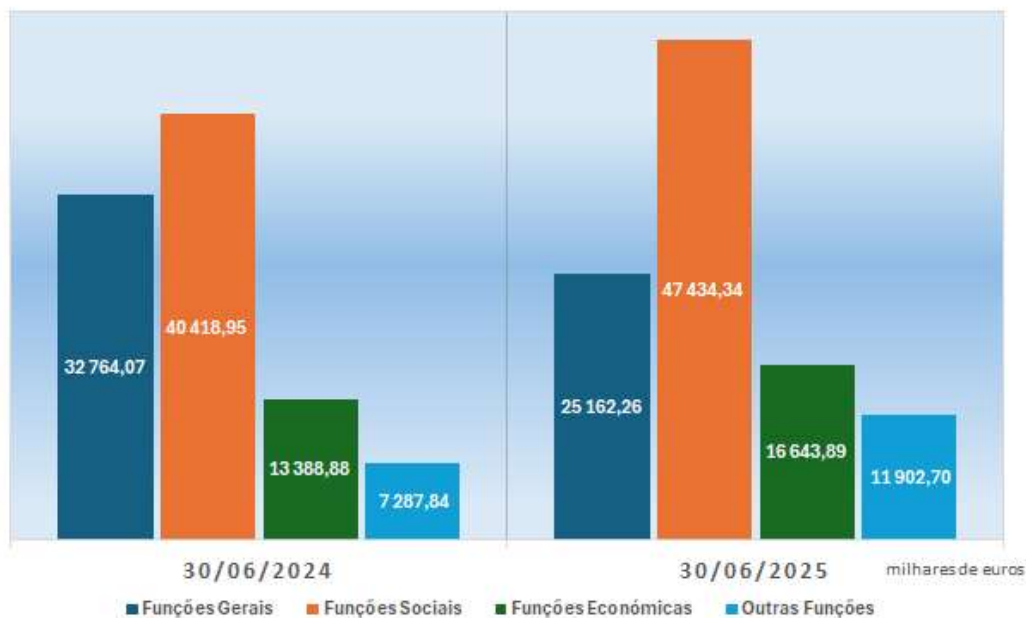
De acordo com o quadro anterior, verifica-se que as Funções Gerais no 1º semestre de 2025 apresentam um peso de 25% do total dos gastos, correspondente a 25.162,26 m€, menos 7.601,81 m€ do que o valor registado no 1º semestre de 2024 (que foi na ordem dos 32.764,07 m€). Este grupo integra os Serviços Gerais a Administração Pública e a Segurança e Ordem Pública.

As Funções Sociais, a 30/06/2025, representam 47.434,34 m€, correspondendo a um peso de 47% dos gastos do Município, mais 7.015,39 m€ do que o valor registado a 30/06/2024 de 40.418,95 m€. A rubrica da Educação no 1º semestre 2025 contribui com a maior fatia do total dos gastos desta área de intervenção, com 53% e um valor absoluto 25.350,27 m€, menos 291,61 m€ face a idêntico período do ano anterior. Os Gastos com os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos a 30/06/2025 abrangem 10% do total dos gastos e registam 9.976,89 m€, seguidos dos Gastos com Ação Social, com 6% do total dos gastos e um montante de 5.910,22 m€.

De referir ainda que se encontram incluídos nas Funções Sociais os gastos relativos à Transferência de Competências que o Município assumiu, progressivamente desde 2022 como sejam, nomeadamente a Educação (concretizada em abril de 2022), a Ação Social (realizada em dezembro de 2022) e a Saúde (que ocorreu em outubro de 2023).

Se analisarmos as Funções Económicas concluímos que, no 1º semestre de 2025, somam 16.643,89 m€, dos quais, cerca de 83% dizem respeito a gastos com Transportes e Comunicações que totalizam 13.850,99 m€. No final do mês de junho de 2025, as funções económicas apresentam um acréscimo de 3.255,01 m€ face ao valor registado a 30/06/2024.

Por fim, o grupo denominado Outras Funções, que regista a 30/06/2025 um aumento de 4.614,86 m€ comparativamente ao valor registado a 30/06/2024, e um total de gastos de 11.902,70 m€ englobando componentes como as Operações da Dívida Autárquica (1.274,07 m€), as Transferências ente Administrações (7.693,06 m€), os Encargos com Cobrança de Impostos (1.238,18 m€) e Outras não Especificadas (1.695,54 m€).



A ilustração acima evidencia o contributo de cada área funcional no total dos gastos dos primeiros seis meses de 2024 e de 2025, permitindo uma visualização gráfica do peso de cada um dos agregados.